
EM MATÉRIA DE INCÊNDIOS É NECESSÁRIO QUE OS RESPONSÁVEIS VEJAM O ARGUEIRO NO SEU PRÓPRIO OLHO.

A BALADI - Federação Nacional dos Baldios, mais uma vez, chama a atenção dos Governantes que a culpa dos incêndios não pode eternamente morrer solteira. Sabemos que a questão dos incêndios é demasiadamente complexa e como tal não devemos enveredar por meras e inusitadas simplificações ou generalizações. Contudo, ainda a procissão vai no adro e os números do corrente ano, quer de ignições quer de área ardida e prejuízos, são os maiores desde o fatídico ano de 2017.

Ciclicamente, cá temos requentado a abertura dos telejornais, os comentadores e quiçá os protagonistas especialistas de serviços, o vislumbre das imagens dantescas das nossas serras com os fogos a devorar impietosamente tudo que lhe aparece pela frente, as sentidas e involuntárias lamentações das vítimas que ano após ano, são presa fácil deste imenso braseiro que ninguém quer assumir as suas consequências. Acompanhada da vindita e a revolta de todos aqueles que entendem que não se faz o que se deveria fazer. Ao mesmo tempo que se assiste às explicações da vaga de calor incomum oriunda do Norte de África, consequência das alterações climáticas, ou o malvado comportamento cívico dos agricultores e ou proprietários florestais. O País não pode periodicamente ficar impávido e sereno perante um quadro recorrente com a tradicional, mas “conveniente” resposta, a culpa vai morrer solteira!

Nada paga o sacrifício, angústia, agonia, as vidas de alguém que vê esfumar-se em segundos toda uma vida de labuta e canseira, e conseqüentemente o inestimável património de uma vida de trabalho.

A BALADI entende as aduzidas razões conjunturais que porventura crescem à explicação deste fenómeno dos incêndios, tais como, negligência humana, falta de limpeza de terrenos, vagas de calor atípicas, mão criminosa, piromania, alterações climáticas extremas ou comportamentos humanos, etc etc. Todavia, a BALADI apreendeu que essas não são as razões, ou melhor, as justificações de fundo que estão na origem do lamentável, repetível e infernal ciclo dos incêndios estivais. É certo que depois da nefasta tragédia dos incêndios do ano de 2017, tem-se vindo a notar melhorias no dispositivo de combate, melhor articulação e direção de comando, maior

equilíbrio de meios financeiros, na área da prevenção e combate, melhor comunicação com a sociedade, etc. Mas sabemos ainda que a nossa floresta padece de uma desorganização estrutural para a qual os poderes políticos teimam em não enfrentar os grandes interesses económicos que estão para além das imagens virtuais que nos entram pela casa dentro.

Na verdade, como diz o ditado, não se pode endireitar a sombra de uma vara torta.

Se queremos encontrar as principais razões que estão por detrás dos malvados incêndios, não podemos obviamente, deixar de avaliar no terreno as medidas que se tomam, ou pior ainda, aceitar como acto responsável como aconteceu no antanho que se afirme que se fez a maior reforma florestal desde o tempo de D. Dinis. Pasmese!...

O que temos na verdade hoje de refletir, é a causa das causas atribuídas aos incêndios. Pese embora fatores de natureza conjuntural, as verdadeiras causas, na opinião da BALADI, radicam nas profundas alterações socioeconómicas que se tem vindo a operar desde finais do século XX, em particular após a adesão à então CEE, que levaram à desertificação, à arruína, à liquidação dos vários sistemas dos modelos agroflorestais existentes no espaço rural e da fortíssima erosão demográfica das nossas aldeias que levaram ao desaparecimento dos principais serviços públicos de proximidade.

Merece também nota de análise efectiva, a miríade de medidas oficiais pomposamente anunciadas, onde parte delas fica no papel. Tem vindo a ser prática vulgar dos Governantes a proliferação de projetos, relatórios, Comissões, Planos Diretores de Ordenamento, legislação avulsa ano após ano sem que alguém vislumbre nos seus interstícios o prometido reforço das Equipas de Sapadores Florestais, o aumento da área de fogo controlado, o cumprimento da construção da rede primária, a valorização dos preços da madeira, o apoio ao Movimento Associativo para que este cumpra o indeclinável dever e a sua função legal e constitucional.

A vida do mundo rural, não é um provérbio, o Governo tem obrigações de adotar para este sector idênticas medidas que toma para os restantes sectores da economia Portuguesa.

Vila Real, 18 de Julho de 2022

A Direcção da BALADI